

Reflexões sobre as representações da mulher indígena na sociedade brasileira
Reflections on the Indian woman's representation in Brazilian Society

Kelly Cristina da Silva Neves¹
Pg-UNIGRANRIO
Vera Kauss²
UNIGRANRIO

Brasil, o que faço com a minha cara de índia?

(Eliane Potiguara)

RESUMO: Este artigo consiste em uma reflexão sobre a representação da mulher indígena na sociedade brasileira, focalizando, particularmente, o papel das obras de escritoras indígenas na contemporaneidade.

Palavras-chave: representação; mulher indígena; sociedade brasileira

REFLECTIONS ON THE NATIVE INDIAN WOMAN'S REPRESENTATION IN BRAZILIAN SOCIETY

ABSTRACT: This article consists of a reflection on the native Indian woman's representation in Brazilian society, particularly focusing on the role of Indian writers' works in the contemporary world.

Key words: representation; Indian women; Brazilian society

Desde que aqui chegaram, os portugueses se encantaram com a beleza diferente dos indígenas e, é claro, ficaram extasiados diante das mulheres que, naturalmente, andavam nuas. Eles vinham de uma Europa recém saída da Idade Média, período marcado pela visão do corpo como lugar de pecado, do proibido prazer sexual, que devia viver escondido debaixo de roupas pesadas, fechadas para que não fosse sequer vislumbrado, imaginado. A mulher desse tempo devia carregar o peso de ser a continuação de Eva, culpada pela perda do paraíso, o que levou o homem ao sofrimento e ao pecado. De repente, esses mesmos homens, um tanto

¹ Mestre em Letras e Ciências Humanas (UNIGRANRIO).

² Doutora em Literatura Comparada. Profa. Adjunto-Doutor da UNIGRANRIO. verakauss@globo.com

medievais, um tanto modernos, chegam a um lugar paradisíaco e, ainda por cima, cheio de lindas mulheres que, como Eva, andavam nuas sem nenhuma noção de pecado. Pelo menos não a noção de pecado trazida em sua bagagem cultural europeia, o que não quer dizer que não vivessem em sociedades organizadas que possuíam suas próprias regras com relação ao relacionamento amoroso e sexual entre homens e mulheres. Por sua própria conta, enxergaram nessas mulheres nuas uma espécie de “autorização”, de sinal aberto que os levaram a praticar atos extremamente violentos de estupro. O estar nu possuía significados totalmente diferentes para as duas culturas que aqui, na América, se encontraram.

Os que chegaram com a intenção de dominar e explorar não se preocuparam em saber o que pensavam os povos que aqui viviam: simplesmente os examinaram e julgaram dentro de sua visão de mundo e, os povos autóctones foram considerados bárbaros, incapazes e incivilizados, portanto passíveis de serem escravizados ou exterminados. E, claro, tudo com o respaldo da Igreja Católica, em nome de Deus.

O poema transcrito abaixo é de autoria de uma mulher indígena chamada Eliane Potiguara. Em pleno século XX, sua nação foi expulsa de suas terras, em Pernambuco, por causa de uma invasão, aliás, dentre as muitas que esses povos sofreram desde a chegada do europeu. Sua avó, uma mulher indígena como tantas outras, juntou as filhas, netos e netas e fugiu, depois de assistir ao assassinato de seu marido e muitos outros líderes de seu povo, para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida. Como muitas outras mulheres indígenas, até bem pouco tempo atrás, em nossa sociedade, o preconceito e a discriminação faziam com que elas se escondessem, se envergonhassem de sua herança cultural. Entretanto, essas mulheres redescobriram a beleza e a força dessa origem que tantas vezes tentaram apagar. Perceberam que o melhor caminho para a aceitação é impor aquilo em que se acredita, é lutar pelo lugar que lhes foi tirado a partir de 1500, mas que lhes pertence por direito. Por isso, hoje, suas vozes ecoam nos textos de escritoras como Eliane Potiguara, perguntando

Que faço com a minha cara de índia?
 E meus cabelos
 E minhas rugas
 E minha história
 E meus segredos?

Que faço com a minha cara de índia?

E meu sangue
 E minha consciência
 E minha luta
 E nossos filhos?
 (...)

Brasil, o que faço com a minha cara de índia?

Não sou violência
 Ou estupro
 Eu sou história
 Eu sou cunhã
 Barriga brasileira
 Ventre sagrado
 Povo brasileiro
 Ventre que gerou
 O povo brasileiro
 Hoje está só...
 A barriga da mãe fecunda
 E os cânticos que outrora cantava
 Hoje são gritos de guerra
 Contra o massacre imundo

(POTIGUARA, 2004, p. 34-35)

Mística, bela, inocente, guerreira, selvagem e serena, a figura da mulher indígena sempre fez parte do imaginário coletivo dos documentos oficiais, músicas e, principalmente, da literatura. Essa maneira de olhar o segmento feminino dos povos autóctones teve início com a chegada dos portugueses em 1500. Pero Vaz de Caminha, escrivão de Pedro Álvares Cabral, no intuito de validar a descoberta relata ao rei de Portugal, D. Manuel, o que, num primeiro momento, foi visto como sendo o paraíso terrestre e os seus habitantes. A carta ganhou fama e é considerada a “certidão de nascimento” da nação brasileira:

Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. Mas não pôde deles haver fala nem

entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente arremessou-lhe um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça, e um sombreiro preto. E um deles lhe arremessou um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas, como de papagaio. E outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas, miúdas que querem parecer de aljôfar, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza. E com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar. ⁱ

A sexualidade da mulher indígena era tida como pecaminosa. Para o branco europeu, ela incitava à luxúria. Esta diferença de hábitos, de costumes, não foi entendida e serviu como desculpa para justificar uma serie de abusos e de violência.

Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha. Ali por então não houve mais fala ou entendimento com eles, por a barbaria deles ser tamanha, que se não entendia nem ouvia ninguém. ⁱⁱ

Segundo Ronald Raminelli (RAMINELLI, 2008) a cultura indígena foi analisada, a partir do modelo europeu e por esta razão seu “modus vivendi” foi considerado selvagem, exótico e atrasado. Esta forma de viver que, segundo os portugueses, era imoral, serviu como argumentação da necessidade da colonização e de se submeter os povos indígenas para educá-los, principalmente na religião católica. Esses povos foram considerados verdadeiras páginas em branco, ou seja, nada possuíam de cultural e, portanto precisavam ser preenchidos com os valores trazidos da Europa.

Por sua vez, a índia teve um papel crucial na primeira fase da história do Brasil. Para Gilberto Freire: “O ambiente em que começou a vida brasileira foi de grande intoxicação sexual. O europeu saltava em terra escorregando em índia nua. Os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, se não atolavam o pé em carne.” (FREIRE: 1933; p.93).

O Arcadismo foi o primeiro movimento da Literatura Nacional (Candido, 1996), que observou o índio e a terra nativa como elementos formadores de identidade nacional. Lindóia e Moema, desde então, povoaram as páginas verde-amarelas de nossa literatura, com suas histórias de amor, narrativas tristes marcadas pelo amor ao novo, ou seja, ao elemento estrangeiro.

Em, *O Uruguai*, Basílio da Gama retrata a luta travada entre portugueses e espanhóis contra os povos indígenas das missões dos Sete Povos do Uruguai, sob a direção dos jesuítas, instigados pela prosperidade do lugar, pelo fato dos poderosos colonizadores não conseguirem lançar mão desses indígenas como escravos e numa tentativa de agradar o Marquês de Pombal em sua “guerra” contra os jesuítas. O poema épico narra também a história da índia Lindóia, que sofre com a trama armada por Balda, jesuíta administrador de Sete Povos das Missões que deseja comandar a tribo de Lindóia, através do casamento que pretende realizar de seu filho, Baldeta, e a índia. Triste por ter seu marido sido morto pelo jesuíta que governava o lugar e seu futuro ter sido colocado nas mãos de outro homem, num ato de puro desespero, Lindóia busca um lugar lindo e deserto, deixando-se picar por uma serpente:

Este lugar delicioso e triste
 Cansada de viver, tinha escolhido
 Para morrer a mísera Lindóia.
 Lá reclinada, como que dormia,
 Na branda relva e nas mimosas flores,
 Tinha a face na mão, e a mão no tronco
 De um fúnebre cipreste, que espalhava
 Melancólica sombra. Mais de perto
 Descobrem que se enrola em seu corpo
 Verde serpente, e lhe passeia, e cinge
 Pescoço e braços, e lhe lambe o seio.
 Fogem de a ver assim, sobressaltados,
 E param cheios de temor ao longe,
 E nem se atrevem a chamá-la, e temem
 Que desperte assustada, irrite o monstro
 E fuja, e apresse no fugir a morte.(...) ⁱⁱⁱ

Nesse mesmo período de nossa Literatura e História, como esquecer Paraguaçu e Moema que encantam nos versos do épico **Caramuru**, de Santa Rita Durão. O poema tem como tema o descobrimento da Bahia, o naufrágio de Diogo Álvares Correia, o Caramuru e seus amores com as índias, sobretudo com Paraguaçu, com quem se casa ao voltar para a Europa, deixando para trás a inconsolável Moema, linda amante que prefere morrer a perder seu amor.

O navio de Diogo Álvares Correia naufraga e ele e os homens que estão sob seu comando são acolhidos pelos nativos: uma tribo que praticava a antropofagia. Nesse ritual, praticado por alguns povos indígenas, um homem jovem, forte, corajoso entre outras qualidades exigidas, era morto e comido por todos da nação de quem se fizera prisioneiro. Diogo, ainda enfermo, junto com outros marinheiros, ia ser morto e devorado nesse ritual. Num determinado momento da narrativa, quando alguns de seus companheiros de infortúnio estavam para ser sacrificados, ele usa sua armadura e, para escapar da morte, munido de fuzil e pólvora, sai atirando na tentativa de ajudar os seus companheiros que estavam na iminência de serem abatidos. Acontece uma fuga desordenada e muitos índios buscam esconderijo numa gruta. Ao observarem Diogo com tão estranha roupa e a luz que saía do fuzil, acreditaram que ele tinha um poder sobrenatural. Depois desse episódio, Diogo passa a ser respeitado pela tribo e acaba se envolvendo com as índias Moema, que se torna sua amante e Paraguaçu, filha do cacique Taparica, por quem se apaixona e com quem se casa .

Diogo decide ficar com Paraguaçu e, saudoso da Europa, parte com ela em um barco francês. Quando a nau ganha o mar, Moema, a mais bela de todas, **desesperada**, se lança às águas, consegue chegar perto do navio e, agarrada ao leme, brada todo seu amor, desmaia e é sorvida pela água:

[...] XLIII

Perde o lume dos olhos, pasma e trema,
 Pálida a cor, o aspecto moribundo, Com
 mão já sem vigor, soltando o leme, Entre as
 salsas escumas desce ao fundo. Mas na
 onda do mar, que irado freme, Tornando a
 aparecer desde o profundo: "Ah! Diogo
 cruel!" disse com mágoa, E, sem mais vista
 ser, sorveu-se n'água.

XLIII

Choraram da Bahia as ninfas belas Que,
 nadando, a Moema acompanhavam; E,
 vendo que sem dor navegam delas, branca
 praia com furor tornavam. Nem pode o claro
 herói sem pena vê-las, Com tantas provas
 que de amor lhe davam; Nem mais lhe
 lembra o nome de Moema, Sem que ou
 amante a chore, ou grato gema.^{iv}

No entanto, é através de Iracema que a figura da mulher indígena encontrará seu auge, durante o Romantismo, que marca o período nacional, através da independência do Brasil e pela vontade de se construir o país pela literatura.

“Iracema, a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longos que o talhe de palmeira. O favo da jati não era doce como seu sorriso; nem a baunilha recendia no bosque como seu hálito perfumado” (ALENCAR: 1995 p.16) Assim a índia Iracema foi imortalizada pela linguagem metafórica de José de Alencar. Símbolo de nossa nacionalidade, a índia e a natureza se misturavam formando uma só paisagem. Até que a paz, a tranquilidade da pátria é cobiçada por olhos estrangeiros e ardilosos. Ela os acolheu e não resistiu, sendo dominada e transformada.

Sob o olhar ufanista e idealizador do autor, Iracema, anagrama de América, é a representação da Mãe Terra que se rende ao domínio do desbravador e sente a dor de ser subjugada e transformada. Na narrativa, essa dor se concretiza com o nascimento do filho de Iracema e Martim, cujo nome, Moacir, quer dizer exatamente “filho da dor”. Dor que ela sente calada e só; dor que seus filhos herdaram e igualmente foram silenciados por anos e

anos. Foram perseguidos, escravizados e torturados; o antigo filho da terra foi reduzido à mão de obra escrava, a objeto de prazer. Darcy Ribeiro em “O Povo Brasileiro” (RIBEIRO, 1986, p.36) descreve:

No ventre das mulheres indígenas começavam a surgir seres que não eram indígenas, meninas prenhas pelos homens brancos e meninos que sabiam que não eram índios... que não eram europeus. O europeu não aceitava como igual. O que era ? Era uma gente "ninguém", era uma gente vazia. O que significavam eles do ponto de vista étnico. Eles seriam a matéria com a qual se faria no futuro os brasileiros... (RIBEIRO, 1986, p.36)

Mas a história não termina quando lemos as últimas linhas da “lenda do Ceará” contada por Alencar. A Pátria cresceu e o enredo se reproduz, no entanto, agora, já não é ficção; milhares de Iracemas e Moacirs, ou seja, os indígenas e os mestiços de nossos dias, povoam os solos da mãe gentil. São personagens de carne e osso que choram em silêncio, esmagados pela engrenagem da estrutura social que aqui se estruturou desde a chegada do português. Os tempos mudaram, mas as práticas de escravidão continuam sob o viés da modernidade e da democracia social que mascaram o racismo, a intolerância e outros elementos de exclusão social, historicamente construída e enraizada nesse Brasil que conhecemos e vivemos hoje.

Lindóia, Moema e Iracema, personagens doces, ricas e encantadoras, povoam o imaginário brasileiro, através de seus criadores que lhes legaram a imortalidade, mas negaram-lhes voz para contar a dor e a sua versão dos fatos. Personificação da própria Mãe-Terra, foram idealizadas; mas não importa, elas representam uma parte desse mosaico de cores que é a nação brasileira. Representam as memórias subalternas que não fazem parte do patrimônio nacional, isto é, da narrativa da nação. São, segundo Certau (CERTAU, 1995), excluídas do espaço sócio-cultural. São alvos de estereótipos criados pela classe dominante e relegadas ao que se convencionou chamar de cultura popular que, além da carga pejorativa, é

apenas lembrada e não plenamente vivida, pelo menos não pela maior parte da população, nas festas folclóricas.

Sob o prisma de um outro olhar, o sociólogo francês Maurice Halbwachs apresenta, em sua obra póstuma *A memória coletiva*, a distinção entre a “memória histórica”, que é a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente e projetados no passado reinventado; e a “memória coletiva”, que é a que recompõe o passado. A questão central na obra de Halbwachs consiste na afirmação de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, historicamente construídas e inspiradas pelo grupo que faz parte da classe dominante. Esta comanda as imagens, os processos de dominação, deixando de lado as questões relativas às outras classes que também fazem parte da história do país.

Nos últimos trinta anos, a história oral e a memória de membros dos segmentos subalternos começaram a ser resgatadas no Brasil. Como diz Meihy (MEIHY, 1996, p. 15), “a história oral é uma alternativa à história oficial”. A história de vida tem sido uma das formas mais utilizadas de história oral.

O processo de globalização recorrente, por exemplo, é parte indissociável do que agora molda o homem que procura compreender seu tempo e seu passado. E, agora, uma nova figura da mulher indígena entra em cena, no entanto, diferente das outras que a antecederam, ela é, ao mesmo tempo, personagem e escritora da narrativa. O nome de uma delas é Eliane Potiguara e, a cada dia, ela está ganhando espaço na mídia através de suas obras e de seus projetos de ações afirmativas, como a rede GRUMIN de mulheres indígenas, que discute a inserção da mulher indígena no mercado de trabalho, discute e busca solução para temas como saúde e educação; violência e preconceito. É uma mulher de nosso tempo, mas que

nunca deixou de ser indígena e, hoje, procura retirar o manto da invisibilidade lançado pelo preconceito daqueles que formam o segmento hegemônico de nossa sociedade sobre os povos indígenas.

Em uma entrevista cedida ao IbaseNet, em 2002, na qual ela discute a difícil situação da mulher indígena na cidade e na aldeia, Potiguara afirma:

As mulheres indígenas, aos olhos da sociedade, estão abaixo do último degrau que compõe as camadas da sociedade. Indígenas, pobres, discriminadas, excluídas, invisíveis. São mão-de-obra escrava em plantios de cana-de-açúcar, algodão e outros. Se estão próximas a mineradoras, são objeto sexual de garimpeiros ou mineradores. Se estão nas cidades, empurradas por alguma razão social e política de sua nação, tornam-se prostitutas, objeto de tráfico internacional de mulheres, empregadas domésticas ou operárias mal-remuneradas.

Dentro das aldeias urge um trabalho de conscientização contra a violência sexual, o estupro, o assédio, o alcoolismo que resulta nas violências interpessoais, nas intrigas, nos distúrbios psicológicos, nos suicídios.^v

A situação da mulher indígena ainda apresenta muitos resquícios do período inicial de nossa história. Elas continuam sofrendo as mesmas amarguras, os mesmos preconceitos, parece que as páginas de Gilberto Freire ganharam vida, entretanto, agora, elas têm voz e ganham espaços nunca antes sonhados através das organizações e de profissionais como Eliane Potiguara, Graça Graúna, Carla Kaingang e muitas outras mais.

As índias descritas por Eliane não são parecidas com as da literatura. São de carne e osso, inspiradas na história da própria família da autora e das de milhares e milhares de mulheres que fazem parte dos povos indígenas brasileiros. Essa luta que travam é para conseguirem a dignidade tão merecida e negada por tantos séculos. O que querem é fazer a sociedade pensar e responder a pergunta que não quer calar: “Brasil, o que faço com a minha cara de índia”, presente na epígrafe e com que termina este texto, com esperança de que ecoe por entre os vários lugares destas terras, desta pátria branca, negra, índia, mestiça, para, enfim,

sermos uma pátria justa. Uma nação que acolha a diferença sem marcá-la, como aconteceu no início da formação que hoje conhecemos, como sendo inferior. Um Brasil em que o colorido de sua identidade não fique desbotado por causa do preconceito de alguns. Uma nação que saiba ouvir a polifonia de vozes que a forma sem excluir nenhuma, consciente de que todas são importantíssimas para a construção identitária que lhe dá vida e que a faz ser, entre tantas, definitivamente diferente e bela.

As mulheres brasileiras, enquanto segmento social, vem ganhando força e voz através de muita luta, sacrifício e determinação. Deste segmento, as mulheres indígenas sempre se mostraram capazes e pertinazes em sua luta por reconhecimento dos direitos que lhes foi negado. O fato de estarem nuas quando aqui chegaram os europeus foi determinante para serem julgadas por eles como verdadeiros lugares de prazer sem vontade própria, sem direito a recusa. Para eles, elas não passavam de seres animalizados que não mereciam nem precisavam de respeito. Simplesmente objetos para a satisfação de taras sexuais vetadas no lugar de onde vinham, principalmente por uma Igreja Católica preocupada em manter o domínio sobre todos para não perder o poder e a riqueza que não se cansava de acumular.

Em nossos dias, a mulher indígena, pela escrita de muitas Elianes Potiguaras, reivindica o lugar que lhe pertence enquanto etnia formadora do que, hoje, conhecemos como Brasil. E elas perguntam, junto com a poeta, “ Ó mulher, vem cá / que fizeram do teu falar? / Ó mulher conta aí...” (POTIGUARA, 2004, p. 73) Elas estão falando, contando, escrevendo, estudando, buscando o diploma que vai lhes dar a chance de sair do sub-emprego e alcançar uma vida digna. Entretanto, mesmo depois de tantos séculos sofrendo violentos processos aculturadores, os povos indígenas não perderam a característica da vida comunitária: eles continuam pensando no plural. E é esse traço que os fortalece ainda mais em nossos tempos tão carentes porque tão povoados de indivíduos.

Em determinado momento de seu texto, Eliane faz uma analogia usando ego e alma: o primeiro, representa a parte de seu ser subjogado pela cultura dominante que a faz sentir-se inferior, menos capaz; ao contrário de sua alma, que é seu lado indígena, portanto forte e puro

Faço um acordo entre meu ego e minha alma. Minha alma é primeira, é forte, é intuitiva; ela é ética, para não dizer pura, minha alma é terna, eterna amante, indígena. Mas meu ego, condicionado pela cultura dominante, me leva para a escuridão terrena, celestial, marítima, onírica e filosófica. Conduz minha auto-estima para os porões. (PORIGUARA, 2004, p. 87)

Nesse texto, Eliane Potiguara clama pela necessidade das mulheres indígenas – e não apenas as mulheres, mas também os homens – de lutarem para não se deixarem vencer pelo ego, ou seja, pela cultura dominante que, desde o início, não as respeitam, apenas querem usá-las. Ensina que o caminho está no fortalecimento da alma, da cultura ancestral de que descendem, pois só assim conseguirão vencer todos os medos e dores que lhes são impostas pelo segmento dominante. É necessário manter-se forte, determinado e só se consegue isso quando se mantém os laços com a cultura de origem, com seus irmãos. Como nos diz a escritora, só assim “farão renascer também seus descendentes, inclusive os masculinos. Por isso a importância da mulher na existência humana. Ela é sábia, está mais aberta ao aprofundamento do eu interior, da busca da ancestralidade”. (POTIGUARA, 2004, p. 88) Mesmo depois de tantos anos de silenciamento, as mulheres indígenas, hoje, estão falando, escrevendo, reivindicando, lutando e, segundo elas, essa força vem da preservação de sua origem, de sua ancestralidade. Elas não andam mais nuas, mas continuam sendo belas e desejadas. A diferença está no fato de, hoje, elas não permitirem que as usem como objetos de satisfação sexual. Pelo menos uma grande parte delas, e essas lutam para que todas tenham essa condição: lutar pelo direito de ser respeitada enquanto uma cidadã brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALENCAR, José de. *Iracema*. In ALENCAR, José de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1995

BOM MEIHI, José Carlos Sebe. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

CANDIDO, Antonio. A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. 2 v.

_____. *Iniciação à literatura brasileira*. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Ouro Azul 2004.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. São Paulo: Papiers, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. São Paulo: Global, 2003

RAMINELLI, Ronald in: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

Sites consultados:

IbaseNet. <http://www.ibase.br/paginas/potiguara.html>. Acesso em 11 novembro 2009

http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/caramuru.pdf.

http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/o_uraguai.pdf.

Recebido em 8 de agosto de 2011. Aprovado em 20 de agosto de 2011.

ⁱ Disponível em: <http://livrosgratis.net/download/1802/a-carta-pero-vaz-de-caminha.html>

ⁱⁱ Disponível em: <http://livrosgratis.net/download/1802/a-carta-pero-vaz-de-caminha.html>

ⁱⁱⁱ Disponível em: www.letras.ufmg.br/profs/sergioalcides/dados/arquivos/basiliodagama.doc

^{iv} www.letras.ufmg.br/profs/sergioalcides/dados/arquivos/basiliodagama.doc

^v IbaseNet. <http://www.ibase.br/paginas/potiguara.html>